

## **RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS METODOLOGIA DE CÁLCULO**

O resultado primário das empresas estatais federais, no conceito “acima da linha”, é calculado com base no regime de caixa, onde são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos. Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Considerando que as receitas e as despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais – PDG das empresas estatais estão expressas segundo o “regime de competência”, para se chegar ao resultado primário instituiu-se a rubrica “Ajuste Critério Competência/Caixa”, onde são identificadas as variações das rubricas “Contas a Receber”, “Contas a Pagar” e “Receitas e Despesas Financeiras”.

Na apuração inicial do resultado primário das empresas estatais federais para 2009 não foram considerados os dados do Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas do Grupo Petrobras que atuam exclusivamente no exterior, uma vez que suas operações não afetam os agregados macroeconômicos internos. Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, devido às suas características, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

Porém, o resultado primário das empresas estatais federais considerou o impacto do orçamento da empresa Itaipu Binacional, devido à co-responsabilidade da União na liquidação de suas dívidas, embora seus dispêndios não sejam fixados pelos órgãos de coordenação e controle brasileiros.

A meta de superávit primário para as empresas estatais federais do setor produtivo sediadas no Brasil, para 2009, foi fixada pelo Decreto nº 6.647, de 18.11.2008, ao aprovar o Programa de Dispêndios Globais – PDG para 2009, em R\$ 20,7 bilhões, correspondentes a 0,65% do Produto Interno Bruto – PIB (Tabela 1), portanto, compatível com a determinação contida no art. 2º da Lei no 11.768, de 14.8.2008, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração do Orçamento Geral da União para 2009 (LDO/2009).

Por intermédio do Decreto nº 6.752, de 28.1.2009, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira do Poder Executivo para aquele ano, a meta de superávit primário das empresas estatais foi ajustada para 0,70% do PIB, elevando, assim, a meta nominal para R\$ 22,1 bilhões. Posteriormente, em função de re-estimativa do PIB para 2009, a meta nominal de resultado primário das estatais foi ajustada para R\$ 21,6 bilhões, conforme Anexo VI ao Decreto nº 6.808, de 27.3.2009.

Entretanto, de acordo com o disposto no art. 2º da Lei no 11.768, de 14.8.2008 (LDO/2009), com a redação dada pela Lei nº 12.053, de 9.10.2009, a meta de superávit primário do setor público consolidado para o exercício de 2009 foi reduzida para 2,50% do PIB, sendo a de responsabilidade das empresas estatais, com a exclusão das empresas do Grupo Petrobrás, reduzida para 0,20% do PIB, correspondente a R\$ 6,1 bilhões (Tabela 2). Essa meta foi ratificada no Anexo III ao Decreto nº 7.036, de 17.12.2009, que altera dispositivos do Decreto no 6.752, de 2009.

Com vistas a adequar as dotações orçamentárias das empresas estatais federais às mudanças ocorridas após a aprovação do PDG para 2009, aprovou-se uma reprogramação por intermédio do Decreto nº 7.035, de 16.12.2009, mantendo-se a meta de resultado primário.

Como se pode observar, o resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços e nas demais receitas – operacionais e não operacionais. São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos junto ao sistema financeiro.

Os gastos estimados com “Pessoal e Encargos Sociais” são compatíveis com os planos de cargos e salários de cada empresa estatal e também com a política salarial a ser adotada pelo Governo Federal para as negociações dos acordos coletivos de trabalho no ano de referência.

A rubrica “Materiais e Produtos” representa a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros.

Os dispêndios com “Serviços de Terceiros” resultam da contratação de serviços técnicos administrativos e operacionais, gastos com propaganda, publicidade e publicações oficiais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio.

Na rubrica “Tributos e Encargos Parafiscais” estão inseridos os pagamentos de impostos e contribuições incidentes sobre a receita, vinculados ao resultado e também relacionadas aos demais encargos fiscais.

Os “Demais Custeios” contemplam dispêndios com o pagamento de “royalties”, de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar etc.

O valor dos investimentos representa os gastos propostos com a aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo. Esses dispêndios são compatíveis com o Orçamento de Investimento constante da respectiva Lei Orçamentária Anual.

Na rubrica “Outros Dispendios de Capital” estão incluídas, principalmente, provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivo e inversões financeiras em outras empresas.

Na rubrica “Descontos/Provisões/EMGEA” registra-se a previsão de descontos a serem concedidos pela Empresa Gestora de Ativos – EMGEA, no exercício de referência, nas renegociações dos contratos imobiliários, bem como as provisões para devedores duvidosos, ambas consideradas pelo Banco Central do Brasil como despesas primárias.

**Tabela 1**  
**Resultado Primário das Empresas Estatais para 2009**  
**Consolidado - Inicial**

DISCRIMINAÇÃO	PDG - PROGRAMAÇÃO	
	R\$ MILHÕES	% PIB
I - RECEITAS TOTAIS	357.482	11,22
OPERACIONAIS	334.757	10,5
Venda de Bens/Serviços	330.668	10,38
Demais Operacionais	4.089	0,13
FINANCEIRAS (a)	11.890	0,37
DEMAIS NÃO OPERACIONAIS	6.194	0,19
OUTRAS RECEITAS	3.660	0,11
TRANSF. DO TESOURO NACIONAL	981	0,03
II - DESPESAS TOTAIS	370.910	11,64
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.663	0,68
ENCARGOS FINANCEIROS (b)	7.612	0,24
OUTROS CUSTEIOS	261.669	8,21
Materiais e Produtos	87.221	2,74
Serviços de Terceiros	38.815	1,22
Utilidades e Serviços	1.567	0,05
Tributos e Encargos Parafiscais	87.442	2,74
Outros Dispendios Correntes	46.624	1,46
INVESTIMENTOS	64.109	2,01
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	14.633	0,46
Ajuste Metodológico - EMGEA - Descontos	1.224	0,04
III - AJUSTE COMPETÊNCIA/CAIXA	35.133	1,1
Variação Contas a Pagar (+)	40.296	1,26
Variação Contas a Receber (-)	1.875	0,06
Ajuste de Receitas/Despesas Financeiras (c)	-3.288	-0,1
IV - RESULTADO NOMINAL (I-II + III)	21.705	0,68
V - JUROS LÍQUIDOS (a-b + c)	991	0,03
VI - RESULTADO PRIMÁRIO (IV-V)	20.714	0,65

Obs.: 1) Resultado = Superávit (+) / Déficit (-)

2) Exclui empresas do Grupo PETROBRÁS sediadas no exterior

3) Dados programados pelas empresas

4) PIB considerado - R\$ milhões 3.186.645

**Tabela 2**  
**Resultado Primário das Empresas Estatais para 2009**  
**Consolidado - Final**

DISCRIMINAÇÃO	PDG - REPROGRAMAÇÃO	
	R\$ MILHÕES	% PIB
I - RECEITAS TOTAIS	78.025	2,56
OPERACIONAIS	61.724	2,03
Venda de Bens/Serviços	57.365	1,88
Demais Operacionais	4.359	0,14
FINANCEIRAS (a)	5.877	0,19
DEMAIS NÃO OPERACIONAIS	5.490	0,18
OUTRAS RECEITAS	3.802	0,12
TRANSF. DO TESOIRO NACIONAL	1.132	0,04
II - DESPESAS TOTAIS	74.082	2,43
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.776	0,42
ENCARGOS FINANCEIROS (b)	6.578	0,22
OUTROS CUSTEIOS	39.451	1,29
Materiais e Produtos	16.335	0,54
Serviços de Terceiros	10.308	0,34
Utilidades e Serviços	798	0,03
Tributos e Encargos Parafiscais	6.629	0,22
Outros Dispendios Correntes	5.381	0,18
INVESTIMENTOS	10.055	0,33
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	2.946	0,1
Ajuste Metodológico - EMGEA - Descontos	2.276	0,07
III - AJUSTE COMPETÊNCIA/CAIXA	2.401	0,08
Variação Contas a Pagar (+)	1.954	0,06
Variação Contas a Receber (-)	504	0,02
Ajuste de Receitas/Despesas Financeiras (c)	951	0,03
IV - RESULTADO NOMINAL (I-II + III)	6.344	0,21
V - JUROS LÍQUIDOS (a-b + c)	250	0,01
VI - RESULTADO PRIMÁRIO (IV-V)	6.094	0,2

Obs.: 1) Resultado = Superávit (+) / Déficit (-)

2) Exclui empresas do Grupo PETROBRÁS

3) Dados programados pelas empresas

4) PIB considerado - R\$ milhões 3.047.192